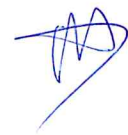


**ANÚNCIO DE ABERTURA DE PERÍODO DE APRESENTAÇÃO
DE CANDIDATURAS**



N.º 002/ADRMAG/10211/2018

PEQUENOS INVESTIMENTOS NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

**(Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio; Portaria n.º 249/2016 de 15 de setembro;
Portaria n.º 238/2017 de 28 de julho e Portaria n.º 46/2018 de 12 de fevereiro)**

A submissão de candidaturas é efetuada entre 28 de maio de 2018 (10:00:00) e 26 de julho de 2018 (14:59:59) ao abrigo do disposto na Portaria supra identificada, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2. do PDR 2020, na tipologia referida na alínea a) do art.º 2.º da referida Portaria.

Nos termos do artigo 52.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, são os seguintes os termos e condições aplicáveis ao presente Anúncio:

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS

As candidaturas apresentadas devem prosseguir os seguintes objetivos:

- a. Promover a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores;
- b. Contribuir para o processo de modernização e de capacitação das empresas do setor agrícola.

2. TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES A APOIAR

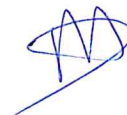
A tipologia de intervenção a apoiar respeita a investimentos nas explorações agrícolas cujo custo total elegível, apurado em sede de análise, seja superior ou igual a 1 000 € e inferior ou igual a 40 000 EUR.

3. ÁREA GEOGRÁFICA ELEGÍVEL

A área geográfica correspondente ao território de intervenção do GAL ADRMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das serras de Montemuro, Arada e

Gralhaeira, a saber: A área geográfica elegível compreende a totalidade das freguesias dos concelhos de Arouca, Vale de Cambra, Castelo de Paiva, Sever do Vouga e Castro Daire.

De S. Pedro do Sul, a área geográfica elegível compreende as seguintes freguesias: Sul; Manhousse; União das freguesias de Carvalhais e Candal; União das freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões e União das freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio.



4. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental total é de **462.412,44 EUROS** (quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e doze euros e quarenta e quatro centímetros), de Despesa Pública.

5. NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATURAS ADMITIDAS POR BENEFICIÁRIO

Apenas se admite uma candidatura por beneficiário durante a vigência temporal do presente anúncio.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os candidatos ao presente apoio e os investimentos propostos devem reunir as condições exigidas nos artigos 7.º, 8.º e 9.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio com as alterações introduzidas.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E RESPECTIVOS FATORES, FÓRMULAS, PONDERAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

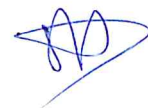
As candidaturas, devidamente submetidas, que cumpram os critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações, previstos nos artigos 7.º, 8.º e 9.º da Portaria supra identificada, são selecionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação.

A metodologia de apuramento da Valia Global da Operação utilizada para a seleção e hierarquização dos pedidos de apoio assenta na aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{VGO} = 5\% \text{ OP} + 5\% \text{ JA} + 10\% \text{ MFP} + 10\% \text{ PUE} + 25\% \text{ PD} + 45\% \text{ EDL}$$

Em que,



OP – O promotor é membro de agrupamento ou de organização de produtores reconhecidos no setor do investimento

Atribuída em função do promotor ser, ou não, membro de agrupamento ou organização de produtores do setor do investimento.

JA – O promotor é um jovem agricultor em primeira instalação.

Atribuída em função do promotor se enquadrar no conceito de primeira instalação nos termos do regime de aplicação da ação 3.1 – Jovens agricultores.

MFP – A candidatura apresenta investimentos em melhoramentos fundiários ou plantações

Atribuída em função de serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem melhoramentos fundiários e plantações na exploração.

PUE – A candidatura apresenta investimentos relacionados com proteção e utilização eficiente dos recursos.

Atribuída em função de serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem a proteção e ou melhoria na eficiência de utilização dos recursos nos termos da OTE n.º 25/2016.

PD – Montante de pagamentos diretos recebidos pelo beneficiário, no ano anterior ao da candidatura.

Atribuída em função do montante de pagamentos diretos recebidos pelo beneficiário de acordo com três escalões:

< ou = a 5.000€ - 20 pontos

> a 5.000€ e < ou = a 15.000€ - 10 pontos

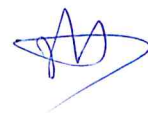
> a 15.000€ - 0 pontos

EDL – Contributo da candidatura para os objetivos da EDL, que se aferem através dos seguintes critérios:

- _ O beneficiário, pretende aumentar no mínimo em 10% o volume de vendas da atividade agrícola (este critério é verificado através do IRS ou IRC do ano anterior ao da apresentação da candidatura e da informação apresentada pelo beneficiário no formulário de candidatura e/ou na memória descritiva);
- _ O projeto cria emprego (este critério é aferido através de informação apresentada pelo beneficiário no formulário de candidatura e/ou na memória descritiva sobre os postos de trabalho a criar, considerando-se no mínimo um posto de trabalho a tempo inteiro);
- _ O projeto contempla atividade relacionada com os seguintes produtos estratégicos: raça arouquesa, cabrito da gralheira, vinhos D.O.C., mel, pequenos frutos, plantas aromáticas e medicinais (este critério é aferido através da informação apresentada pelo beneficiário no formulário de candidatura e/ou na memória descritiva, e ainda, através de certificação própria, no caso dos produtos que a detenham ou no registo genealógico das espécies animais);
- _ O beneficiário tem domicílio fiscal ou sede no território de intervenção do DLBC Montanhas Mágicas (para as pessoas singulares este critério é verificado através da declaração de IRS referente ao ano anterior ao da candidatura, ou por documento das Finanças atualizado que ateste o domicílio fiscal em data anterior à apresentação da candidatura; para as pessoas coletivas este critério é verificado através da Certidão Permanente, atualizada em data anterior à apresentação da candidatura);
- _ O projeto contempla a produção em modo biológico ou produção integrada (este critério é verificado através do certificado de PRODI ou MPB e/ou informação apresentada pelo beneficiário no formulário de candidatura e/ou na memória descritiva).

Caso os investimentos não se encontrem devidamente classificados nas respetivas rubricas de investimento a pontuação não será atribuída. Em sede de análise da candidatura não haverá reclassificação de rubricas de investimento para atribuição de pontuação.

Aos critérios de seleção indicados será atribuída a pontuação de 20 ou 0, em função de o promotor cumprir ou não cada um dos critérios de seleção, e uma pontuação de 0, 5, 15 ou 20 valores, consoante o projeto não cumpra nenhum critério, cumpra 1, 2, 3 ou mais dos critérios de seleção da EDL.



Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas entre si de acordo com os seguintes critérios, assim hierarquizados:

- 1º Candidatura com maior pontuação no critério EDL;
- 2º Candidatura apresentada por Jovem Agricultor;
- 3º Ordem de receção de candidatura no sistema de informação.

Nos termos do n.º 7 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro a pontuação mínima necessária para a seleção das operações candidatas não pode ser inferior ao valor mediano da escala de classificação final de 0 a 20.

As candidaturas que não obtenham a pontuação mínima de dez pontos são indeferidas.

8. FORMA, NÍVEL E LIMITES DOS APOIOS

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável até ao limite máximo de 25 000 EUR de apoio por beneficiário, durante o período de programação.

O nível de apoio a conceder no âmbito do presente período de apresentação de candidaturas, com base no custo total elegível, apurado em sede de análise, dos investimentos propostos na candidatura, em percentagem, é de 50%, conforme definido no Anexo II da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio.

9. DESPESAS ELEGÍVEIS E NÃO ELEGÍVEIS

Com exceção das despesas gerais referidas no n.º 3 do anexo I, apenas são elegíveis as despesas efetuadas após a data de submissão da candidatura.

As despesas elegíveis e não elegíveis são, designadamente, as constantes do Anexo I da Portaria citada.

As despesas com contribuições em espécie previstas no ponto 5 do anexo I da Portaria 152/2016 de 25 de maio, não são elegíveis.

O IVA, mesmo que não recuperável, não é elegível.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas são submetidas através de formulário eletrónico disponível no sítio no portal do Portugal 2020 em www.Portugal2020.pt, do PDR2020 em www.pdr-2020.pt ou no sítio do GAL em www.adrimag.com.pt e estão sujeitos a confirmação por via eletrónica a efetuar pela entidade recetora.

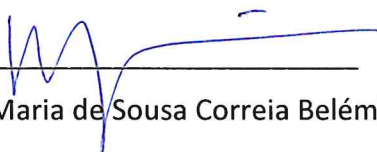
11. MEIOS DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

O presente Anúncio e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica que inclui a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020, em www.Portugal2020.pt, no portal PDR 2020 em www.pdr-2020.pt e no sítio do GAL em www.adrimag.com.pt, podendo ainda ser obtidos esclarecimentos junto do GAL ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das serras de Montemuro, Arada e Gralheira, através do endereço adrimag@adrimag.com.pt ou pelo telefone 256940350.

O presente Anúncio é ainda publicitado no mínimo em dois órgãos de comunicação social.

Arouca, 09 de maio de 2018

A Presidente do Órgão de Gestão


(Margarida Maria de Sousa Correia Belém)